

VARIANTES DE *CAMBALHOTA*
E DE *BOLINHA DE GUDE* DE
CAPITAIS DO NORDESTE NOS
DICIONÁRIOS ELETRÔNICOS
HOUAISS E AURÉLIO: UMA
ANÁLISE METALEXICOGRÁFICA
A PARTIR DOS DADOS
DO *ALiB*

VARIANTES DE *CAMBALHOTA* Y DE *BOLINHA DE GUDE* DE CAPITALES DEL NORDESTE
EN LOS DICCIONARIOS ELECTRÓNICOS HOUAISS Y AURELIO: UN ANÁLISIS
METALEXICOGRÁFICA A PARTIR DE LOS DATOS DEL *ALiB*

THE VARIANTS OF *CAMBALHOTA* AND *BOLINHA DE GUDE* USED IN THE CAPITAL CITIES
OF THE NORTHEAST REGION IN HOUAISS AND AURÉLIO ELECTRONIC DICTIONARIES: A
METALEXICOGRAPHIC ANALYSIS FROM *ALiB* DATA

Rodrigo Alves Silva*

Universidade Federal do Piauí

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos**

Universidade Federal do Piauí

RESUMO: Este trabalho propõe-se a analisar as variantes de *cambalhota* e de *bolinha de gude* das capitais da região Nordeste, conforme descrito no *ALiB*, nos dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio. O objetivo geral é analisar, nos referidos dicionários, o tratamento dado aos regionalismos citados, contrapondo-os aos dados do *ALiB*. Para tanto, estabeleceu-se um confronto entre as informações trazidas nos três materiais, sobretudo quanto à localização geográfica, a fim de perceber convergências e divergências entre eles. Os dados apontam poucas convergências entre as informações trazidas no *ALiB* e nos dicionários. As informações

* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor de Língua Portuguesa na Rede Municipal de Educação de Teresina - PI; professor substituto de Linguística na UFPI. E-mail: rodrigoalvessilva@hotmail.com.br.

** Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: marcelodosanjos@ufpi.edu.br.

encontradas nos dicionários, em sua maioria, divergem do *ALiB*. Com isso, nota-se a necessidade de atualização das obras lexicográficas no tratamento de regionalismos, utilizando como base as pesquisas dialetológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Regionalismos. Dicionário Houaiss. Dicionário Aurélio. *ALiB*.

RESUMEN: Este trabajo se propone analizar las variantes de *cambalhota* y de *bolinha de gude* de las capitales de la región Nordeste, en conformidad con lo descrito en el *ALiB*, en los diccionarios electrónicos Houaiss y Aurelio. El objetivo general es analizar, en los referidos diccionarios, el tratamiento hacia los regionalismos citados, contraponiéndose a los datos del *ALiB*. Por lo tanto, se estableció un enfrentamiento entre las informaciones traídas en los tres materiales, sobre todo referente a la localización geográfica, a fin de percibir convergencias y divergencias. Los datos apuntan pocas convergencias entre las informaciones traídas en el *ALiB* y en los diccionarios. Las informaciones encontradas en los diccionarios, en su mayoría, divergen del *ALiB*. Con todo, se fija la necesidad de actualización de las obras lexicográficas en el tratamiento de regionalismos, empleando como base las búsquedas dialectológicas.

PALABRAS CLAVE: Regionalismos. Dicionario Houaiss. Dicionario Aurelio. *ALiB*.

ABSTRACT: This work proposes to analyze the variants of *cambalhota* and *bolinha de gude* used in the capital cities of the Northeast region, as described in the *ALiB*, and the in the Houaiss and Aurélio electronic dictionaries. The general objective is to analyze, in the selected dictionaries, the treatment given to the mentioned regionalisms, as opposed to the *ALiB* data. In order to do so, a comparison among the information gathered in the three materials was established, especially with regard to geographic location, for the purpose of perceiving convergences and divergences. The data show little convergence between the information provided by the *ALiB* and the dictionaries. The information found in the dictionaries, for the most part of it, differs from the ones in *ALiB*. With this, it is possible to notice the need for an update in the lexicographic works concerning the approach used given to regionalisms, based on the dialectical researches.

KEYWORDS: Regionalism. Houaiss Dictionary. Aurélio Dictionary. *ALiB*

1 INTRODUÇÃO

O léxico de uma língua reflete a diversidade cultural e social de uma comunidade de fala, pois assim como mudam e variam os costumes, as relações sociais e os valores humanos, a língua também sofre variações e mudanças. Dentre as ciências que se ocupam em investigar essas variações linguísticas estão a Sociolinguística e a Dialetologia.

Ainda que tenham o mesmo objeto de investigação, é possível estabelecer os limites entre as duas áreas, haja vista que a Dialetologia prioriza a localização geográfica de determinada variedade linguística, enquanto que a Sociolinguística, ainda que se preocupe também com o fator diatópico, interessa-se pela relação entre os fatos linguísticos e os fatos sociais, priorizando as relações sociolinguísticas. Nessa tarefa de aliar os usos da língua à geografia, a Dialetologia está intimamente relacionada à Geolinguística, pois esta, também chamada de Geografia linguística, é considerada o método da Dialetologia (CARDOSO, 2010).

As variedades linguísticas, identificadas a partir de pesquisas do âmbito da Dialetologia, também chamadas de regionalismos, podem ser registradas em dicionários, cujo papel é de repertoriar o léxico de uma língua e trazer informações sobre a natureza desse léxico. Ao registrar regionalismos, o dicionário pode informar, por exemplo, em que região do Brasil se fala de uma forma ou de outra ou onde se utiliza determinada variante lexical. No entanto, algumas informações sobre regionalismos presentes em dicionários não condizem com a realidade de fala, pois, muitas vezes, não se baseiam em pesquisas científicas (ISQUERDO, 2007). Por conta disso, autores como Isquerdo (2007) e Fajardo (1996-1997) afirmam que os lexicógrafos precisam se basear em dados de pesquisas dialetológicas para informar a natureza dos regionalismos.

Diante disso, este trabalho justifica-se pela necessidade de dicionarização de regionalismos, baseada em dados de pesquisas dialetológicas e geolinguísticas, uma vez que pesquisas dessa natureza trazem dados mais seguros em relação à variação diatópica do léxico que podem servir de base para os lexicógrafos.

O *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* é a mais recente publicação que descreve a realidade linguística do Brasil, registrando a diversidade fonética, semântico-lexical e morfossintática em forma de cartas linguísticas. Por isso, ele é um dos instrumentos que pode auxiliar o lexicógrafo no registro e na classificação de um regionalismo quanto à sua localização geográfica. Por isso mesmo, utiliza-se o *ALiB* como parâmetro na análise de dados desta pesquisa, mas reconhecendo que existem outras fontes citadas por Isquierdo (2007), como atlas regionais, vocabulários, glossários e pesquisas acadêmicas. Neste trabalho, elege-se como objeto de pesquisa dois dicionários gerais, o *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (doravante *DEH*) e o *Dicionário Eletrônico Aurélio da língua portuguesa* (doravante *DEA*).

O objetivo geral é analisar, nos referidos dicionários, o tratamento dado aos regionalismos *cambalhota* e suas variantes e *bolinha de gude* e suas variantes, contrapondo-os com os dados do *ALiB*. Os objetivos específicos são verificar se os dados sobre localização geográfica no *DEH* e no *DEA* são convergentes com ou divergentes dos dados do *ALiB* e, no caso das divergências, propor possibilidades de adequado tratamento.

Este trabalho se estrutura da seguinte maneira: primeiramente, apresenta-se a fundamentação teórica do trabalho, em que se discute o conceito de Lexicografia e Metalexicografia e a tipologia lexicográfica. Além disso, discorre-se sobre o problema da inserção de regionalismos em dicionários. Ainda na fundamentação teórica, faz-se uma exposição sobre o quadro teórico-metodológico da Dialectologia e como ela embasou a elaboração do *ALiB*. Posteriormente, mostra-se a metodologia adotada para esta pesquisa. Na seção ulterior, apresentam-se os dados, seguidos de discussões. Por fim, tecem-se algumas conclusões.

2 LEXICOGRAFIA E METALEXICOGRAFIA

Esta pesquisa insere-se no âmbito da Metalexicografia, definida como a ciência que se preocupa com o “estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, à crítica de dicionários, à pesquisa da história da lexicografia, à pesquisa do uso de dicionários [...] e ainda à tipologia” (WELKER, 2004, p. 11). A Lexicografia, por seu turno, “designa a ‘ciência’, ‘técnica’, ‘prática’ ou mesmo ‘arte’ de elaborar dicionários” (WELKER, 2004).

No que tange à tipologia lexicográfica, há várias propostas de classificação de dicionários, como a de Haensch (1982), de Biderman (1984) e de Welker (2004). Destaca-se a proposta desse último autor. Welker (2004) defende que a tipologia lexicográfica deve partir, primeiramente, da divisão entre obras de consulta em formato de livro e as computadorizadas, haja vista que, atualmente, os dicionários eletrônicos têm ganhado espaço no conjunto de produções lexicográficas. A segunda distinção seria quanto ao número de línguas, que são os monolíngues e os multilíngues, dos quais, certamente, os monolíngues são os mais produzidos. E, por fim, a terceira distinção seria entre dicionários gerais e dicionários especiais.

Para Welker (2004), apenas um tipo deve ser classificado como geral – aquele que se caracteriza por ser alfabético, sincrônico, da língua contemporânea, arrolando sobretudo os lexemas da língua comum. Os demais, portanto, são classificados como especiais – os históricos, os diacrônicos, os onomasiológicos etc. O autor ainda propõe uma divisão entre os dicionários gerais:

Nos gerais, devemos distinguir entre os seletivos, isto é, entre aqueles que registram os lexemas realmente em uso (como o *DUP* ou Borba 2004) e aqueles muito extensos, às vezes chamados de *tesouros*, que incluem numerosos lexemas e termos não empregados na língua comum, como *Aurélio*, *Michaelis*, e *Houaiss*, que, além de *tesouros*, podemos denominar *gerais extensos*. Embora a definição de *geral* se aplique aos dicionários para aprendizes, estes se destacam por dirigirem-se a um determinado público e por apresentarem certas características que os diferenciam dos “comuns”. (WELKER, 2004, p. 43, grifos do autor)

A distinção estabelecida pelo autor entre dicionário geral e especializado e entre dicionário geral seletivo e extenso é tomada, neste trabalho, como parâmetro de classificação. Por isso e conforme o fragmento acima, consideramos os dicionários objeto de estudo desta pesquisa, o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (*DEH*) e o *Dicionário eletrônico Aurélio de língua portuguesa*

(DEA), como dicionários gerais, mais especificamente gerais extensos, por representarem hoje, juntamente com o dicionário *Michaelis*, os artefatos mais significativos da língua portuguesa.

Welker (2004) organiza sua proposta tipológica em forma de mapa conceitual, apresentado a seguir:

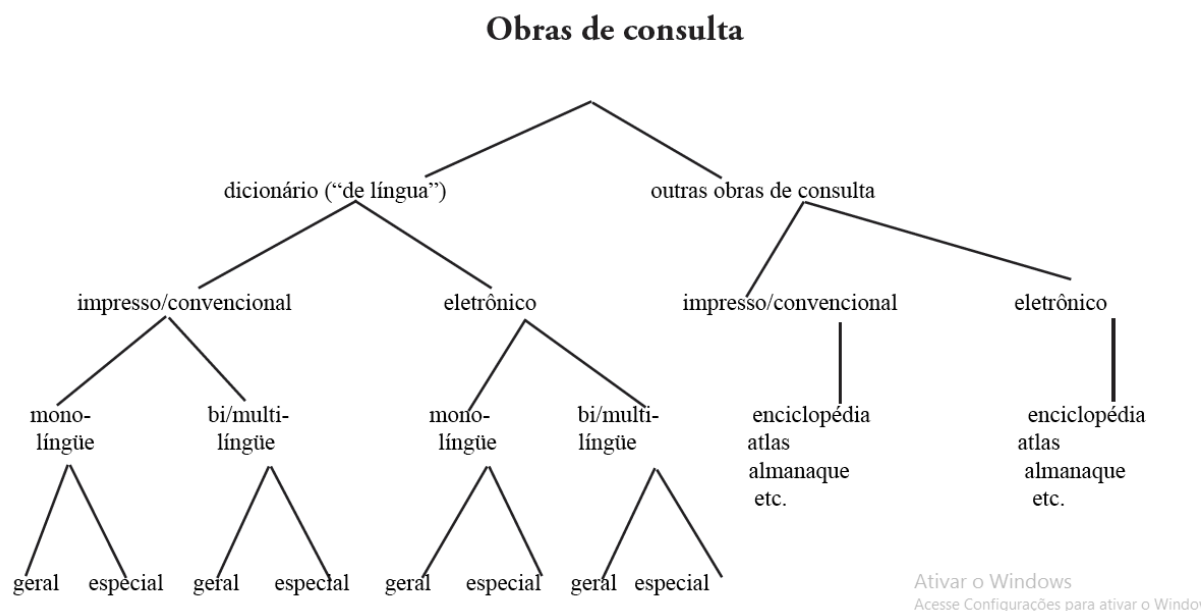


Figura 1: Tipologia lexicográfica segundo Welker (2004)

Fonte: Welker (2004, p. 44)

Diante do exposto sobre tipologia lexicográfica, foi possível classificar os dicionários em análise em dicionários gerais, uma vez que incluem em sua lista de palavras o léxico geral da língua portuguesa, incluindo terminologias, neologismos, estrangeirismos, regionalismos etc. No caso dos regionalismos, deve-se considerar que há problemas em seu tratamento, sobretudo quanto à imprecisão de informações geográficas. Assim, como afirma Isquerdo (2011), o dicionário não deve tratar os regionalismos de forma aleatória, mas, primeiramente, deve definir o que ele entende por regionalismo e ter o cuidado de não restringi-lo à determinada localização geográfica, quando, na verdade, seu uso pode ser mais amplo. Além disso, a autora cita as principais fontes que podem servir de base para os dicionários:

Em se tratando, por exemplo, dos regionalismos, além dos *corpora* de língua escrita, dados colhidos de atos reais de fala também são muito úteis para atestar o uso de uma unidade lexical. Assim, *glossários*, *vocabulários regionais* resultantes de pesquisas acadêmicas (dissertações, teses), produzidos nos programas de pós-graduação das diferentes regiões do Brasil, na(s) sincronia(s) contempladas pela obra, configuram-se como fontes fidedignas de regionalismos. De forma similar, os atlas linguísticos também não podem ser desconsiderados como fonte de dados. À medida que documentam a língua em uso num determinado tempo e espaço, e, em virtude da metodologia que orienta as pesquisas geolinguísticas, as cartas lexicais oferecem dados concretos acerca da distribuição diatópica de uma variante lexical, representando fonte segura para a identificação e a classificação de regionalismos (CARDOSO; CASTRO; ISQUERDO, 2011, p. 62)¹.

Conforme o fragmento acima, os atlas linguísticos, resultantes de pesquisas dialetológicas, podem contribuir para o adequado tratamento de regionalismos em dicionários, pois são elas que podem fornecer dados mais assertivos sobre a natureza dos regionalismos, como corrobora Isquerdo (2007, p. 199):

¹ Ainda que esta citação seja extraída de um texto de autoria de Cardoso, Castro e Isquerdo, cada uma das autoras escrevem em momentos diferentes, uma vez que o artigo, do qual fora tirada a citação, organiza-se em forma de entrevista. Sendo assim, este fragmento trata-se de uma ideia apenas de Isquerdo.

Nesse sentido, os atlas linguísticos são de grande valia, pois fornecem dados confiáveis acerca do grau de disseminação de uma variante lexical, o que é garantido pela metodologia que orienta pesquisas geolinguísticas, em especial o uso de um questionário de natureza onomasiológica utilizado na coleta dos dados e uma rede de pontos distribuída na área investigada – um município, um estado, uma região ou um país, dependendo da amplitude do atlas, ou seja, se de pequeno ou de grande domínio.

Reconhecendo a importância das pesquisas dialetológicas e geolinguísticas na descrição do português do Brasil, como também na possibilidade de orientação de lexicógrafos na classificação de regionalismos, e considerando que este trabalho se vale de dados dialetológicos também, faz-se, na seção seguinte, uma discussão a respeito do conceito da Dialetologia e da Geografia Linguística e como se deu a elaboração do *ALiB*.

3 A DIALETOLOGIA E OS ATLAS LINGUÍSTICOS

A Dialetologia é uma das ciências que objetiva estudar as variedades da língua, sobretudo diatópicas, numa perspectiva sincrônica. Mais especificamente, “a Dialetologia é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15).

Por dar atenção à língua em uso, a Dialetologia tem se assemelhado à Sociolinguística, cujo objetivo também é, grosso modo, descrever as variedades linguísticas. No entanto, os limites entre as duas ciências estabelecem-se na medida em que, segundo Cardoso (2010), a Dialetologia prioriza a localização geográfica de determinada variedade linguística, enquanto que a Sociolinguística, ainda que se preocupe também com o fator diatópico, interessa-se pela relação entre os fatos linguísticos e os fatos sociais, priorizando as relações sociolinguísticas. Nessa tarefa de aliar os usos da língua à geografia, a Dialetologia está intimamente relacionada à Geolinguística, pois esta, também chamada de Geografia linguística, é considerada o método da Dialetologia (CARDOSO, 2010).

Os estudos dialetais, ainda que tenham como foco a variação diatópica, têm se preocupado também com outros fatores sociais – idade, gênero, escolaridade, profissão –, principalmente à hora da seleção de informantes. Esses “veios sociolinguísticos”, como denomina Cardoso (2010), aproxima a Dialetologia da Sociolinguística, pois, como afirma a autora:

A dialetologia e especificamente os estudos geolinguísticos deixam de apresentar-se numa visão predominantemente diatópica e passam a exibir, também cartograficamente, dados de natureza social. Isso vem mostrar, ainda, que a uniformidade diatópica pode sofrer desdobramentos e, tal como acontece com a célula humana, é passível de dividir-se, sem, contudo, perder a sua inteireza e a sua integridade. (CARDOSO, 2010, p. 61-62)

Segundo Cardoso (2010), uma pesquisa de cunho dialetológico realiza-se a partir de três aspectos: a rede de pontos, os informantes e os questionários. A rede de pontos é a área geográfica a ser investigada. Essa área pode ser uma única localidade, um estado, uma região, um país ou um continente. A determinação da localidade depende dos objetivos da pesquisa.

Além disso, como afirma a autora, a escolha de uma rede de pontos não deve pautar-se apenas no princípio do isolamento, antiguidade e pouco desenvolvimento, como se fazia no começo dos estudos dialetológicos, mas deve incluir também localidades com altos índices de desenvolvimento, urbanização e densidade demográfica, para que seja possível refletir sobre as novas configurações do mundo moderno (CARDOSO, 2010).

Mesmo com a seleção de localidades mais urbanas e com uma pluralidade de falantes, como são as capitais do Brasil, as pesquisas levam em conta critérios de seleção de informantes, para que os dados sejam mais precisos. Para essa seleção, é necessário definir o número de informantes, a identificação deles (naturalidade, vinculações familiares, inserção social) e suas características sociais (idade, gênero e escolaridade).

Segundo Cardoso (2010), para a Dialetologia, um único informante de uma determinada localidade já é suficiente para que a informação seja validada, pois, com essa informação, já pode-se afirmar qual uso se faz na área investigada. Devido ao pequeno número de informantes selecionados, várias críticas são feitas ao método geolinguístico. No entanto, como afirma Cardoso (2010), o objetivo da Dialetologia não é afirmar se tal uso linguístico caracteriza-se como variação estável ou mudança em curso, tampouco quantificar seu uso, estabelecendo percentuais de ocorrência, mas sim afirmar que “num dado lugar, registra-se tal fato, recolhido em tais circunstâncias” (CARDOSO, 2010, p. 92).

Quanto ao perfil dos informantes, Cardoso (2010) afirma que sua seleção deve atender aos objetivos da pesquisa, que pode ser voltada especificamente para a diversidade diatópica ou conjugada a outros fatores sociais. Sendo assim, fatores como idade, sexo, profissão e nível de escolaridade são levados em conta nessa seleção.

O questionário é o principal instrumento de coleta de dados. Ele organiza-se a partir do tipo de dado a ser recolhido – fonético-fonológico, semântico-lexical ou morfossintático etc. Para tanto, Cardoso (2010, p. 98) adverte que “[...] é de suma importância a aplicação prévia, um teste preliminar, antecedendo a realização da pesquisa, para verificar-se a eficácia do questionário e a pertinência da formulação das perguntas que o integram”.

4 O PROJETO ALiB

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) insere-se no quadro metodológico da Geolinguística. O objetivo foi investigar as realizações linguísticas em redes de pontos, espalhadas nos 26 estados do Brasil, por meio de questionários. Para tanto, foram aplicados diferentes tipos de questionários: questionário fonético-fonológico (QFF), questionário semântico-lexical (QSL), questionário morfossintático (QMS), questões de pragmática (QP), questões metalinguísticas (QM) e aplicação de textos para leitura. Tendo em vista que o foco deste trabalho são regionalismos no nível lexical, destaca-se, entre os tipos de questionários citados, o questionário semântico-lexical (QSL).

Ele é constituído de 202 questões divididas em quatorze áreas semânticas: Acidentes geográficos; Fenômenos atmosféricos; Astros e tempo; Atividades agropastoris; Fauna; Corpo humano; Ciclos da vida; Convívio e comportamento social; Religião e crenças; Jogos e diversões infantis; Habitação; Alimentação e cozinha; Vestuário e acessórios; Vida urbana. As questões são de caráter onomasiológico, ou seja, partem do significado para a unidade lexical. Assim, a pergunta podia solicitar uma denominação, por meio de descrições, ou levava o informante a completar uma sentença feita pelo inquiridor. O *Atlas* foi publicado em 2014, em dois volumes, dos quais o primeiro contém informações teórico-metodológicas, e o segundo, as cartas linguísticas. As cartas apresentam parte dos resultados do projeto, pois trazem apenas os dados das capitais, exceto Palmas e Brasília.

Dos quatorze campos semânticos que constituem o questionário semântico-lexical, apenas oito deles foram contemplados nas cartas linguísticas do Volume 2. Desses oito, optou-se, neste trabalho, por analisar as variantes lexicais no campo semântico *Jogos e diversões infantis*, especificamente as variantes de *cambalhota* e *bolinha de gude*. A escolha desse campo semântico se deu pelo fato de ele ser o campo de maior representatividade no atlas e pela grande produtividade quanto às variantes lexicais.

4.1 PERFIL DOS INFORMANTES

Quanto ao perfil dos informantes, foi estabelecido, pelo Projeto ALiB, não só critério diatópico, mas também as variáveis sexo, faixa etária e grau de escolaridade. Ao total, foram 1.100 informantes, sendo 550 homens e 550 mulheres. Desse número de informantes, foram selecionados dois do sexo masculino e dois do sexo feminino em cada localidade no interior dos estados. Já nas capitais, cujos resultados estão presentes no volume 2, foram oito informantes, sendo quatro mulheres e quatro homens.

Quanto à variável idade, o Projeto ALiB estabeleceu duas faixas: jovens, de 18 a 30 anos, e mais velhos, de 50 a 65. Em algumas situações, afirma Mota (2014), devido à dificuldade de se encontrar informantes dentro desses limites de idade, foi necessário

admitir informantes fora dessa faixa etária. O grupo entre 30 a 50 foi excluído por razões operacionais: “para não aumentar demasiadamente o número de informantes, dificultando a tarefa que já se apresentava bastante onerosa” (MOTA, 2014, p. 91). Resolveu-se também não eleger informantes que fosse da mesma família, ou que fosse de bairros muito distintos economicamente, para que não houvesse interpretação de casos de variação social.

Em se tratando do grau de escolaridade, foram selecionados dois grupos: os não universitários e os universitários. No primeiro grupo, foram incluídos os que tinham até o Ensino Fundamental completo, dando preferência, entretanto, aos que não o tinham completado e, em alguns casos, admitiu-se os que tinham o segundo grau incompleto. No segundo grupo, foram incluídos os que tinham concluído a graduação ou aqueles que já tinham feito uma pós-graduação. Eventualmente, foram admitidos estudantes que estavam em fase de conclusão do curso de graduação. No entanto, foram evitados profissionais de Letras, Comunicação e outros cursos que trabalham com a linguagem (MOTA, 2014, p. 92).

4.2 O CAMPO SEMÂNTICO *JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS*

A denominação *Jogos e diversões infantis*, proposta pelo *ALiB*, abrange, ao mesmo tempo, jogos, brinquedos e brincadeiras. Assim, o *ALiB* não faz distinção entre os três, considerando todos numa mesma classificação. Por isso, Ribeiro (2012), que pesquisou a respeito do mesmo campo semântico, optou por distinguir os dados em dois grupos: 1) *brincadeiras e jogos tradicionais*, incluindo *cambalhota, cabra-cega e amarelinha*; e 2) *brinquedos*, incluindo *bolinha de gude, estilingue e brinquedo de empinar (com e sem varetas)*.

Em estudos sobre ludologia, a distinção entre jogos, brinquedos e brincadeira também é um pouco conflituosa. No entanto, Kishimoto (2008) estabelece a seguinte distinção: o jogo se caracteriza pela existência de regras explícitas ou implícitas que ordenam e conduzem a brincadeira; o brinquedo se caracteriza pela ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização de objetos; e a brincadeira seria “a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica” (KISHIMOTO, 2008, p. 21). Ainda segundo a autora, as brincadeiras fazem parte da cultura de um povo e, geralmente, são repassadas às gerações pela transmissão oral, e vão assumindo novos valores com o decorrer do tempo.

Neste trabalho, reconhece-se a distinção entre jogo, brincadeira e brinquedo e que, portanto, os regionalismos selecionados para análise do campo semântico *Jogos e diversões infantis* se subdividem nessas três categorias. Essa distinção, no entanto, não incide, diretamente, na análise dos dados, pois nela não se leva em conta esse critério de classificação.

Diante do que se expôs nesta seção, é possível afirmar que os estudos dialetológicos tem realizado grandes feitos quanto à descrição da língua portuguesa no Brasil, sobretudo com o Projeto *ALiB*. Com essa pesquisa de grande envergadura, somada aos atlas regionais anteriormente publicados, foi possível desvendar as variedades diatópicas do país. No entanto, ainda que se tome o *ALiB* como parâmetro para a análise dos dicionários neste trabalho, é necessário ressaltar que o atlas não é tido como verdade absoluta e como aquele que deve ser a única base para os lexicógrafos quanto aos regionalismos, mas se reconhece sim a contribuição que o *ALiB* pode dar para a atualização dos dicionários.

Na seção seguinte, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização deste trabalho.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza como *corpus* o *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa (DEH)*, o *Dicionário Eletrônico Aurélio da língua portuguesa (DEA)* e o *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*. A escolha desses dicionários deve-se à importância que eles têm em meio às obras lexicográficas, pois estão entre os maiores dicionários gerais de língua portuguesa, haja vista que ambos possuem mais de 100.000 verbetes (WELKER, 2004). A preferência pela versão eletrônica justifica-se pela facilidade e celeridade na consulta. O *ALiB* também constitui o *corpus* por ser considerado hoje, dentre as obras dialetológicas, a que melhor descreve, em nível nacional, a variação linguística do Brasil, por meio de cartas linguísticas. Portanto, é a fonte mais segura de descrição da variação diatópica no Brasil.

Elegeram-se, como objeto de pesquisa, os regionalismos *cambalhota* e *bolinha de gude* e suas variantes, que estão presente nas capitais da região Nordeste, conforme descrito no *ALiB*. Algumas variantes que aparecem no Nordeste têm ocorrência também em outras regiões, mesmo assim foram consideradas. A escolha desses dois regionalismos deve-se à grande produtividade deles em relação aos outros regionalismos do campo semântico *Jogos e diversões infantis* trazidos no *ALiB*. E a escolha da região Nordeste justifica-se por ela ser a que possui o maior número de estados e capitais no Brasil.

No que concerne aos procedimentos de pesquisa, foram obedecidas as seguintes etapas metodológicas: 1) levantamento das variantes lexicais, trazidas no *ALiB*, dos regionalismos *cambalhota* e *bola de gude*; 2) consulta das variantes lexicais selecionadas no *DEH* e no *DEA*, a fim de perceber como estão registradas as variantes e o que se diz sobre elas, sobretudo quanto à localização geográfica; 3) comparação entre as informações dadas no *ALiB* e nos dicionários; 4) elaboração de quadros para a organização dos dados comparados, classificando-os como convergentes ou divergentes. Com isso, passa-se a discutir os dados expostos na seção seguinte.

6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

O primeiro regionalismo a ser analisado é *cambalhota*. Para tanto, apresenta-se, a seguir, um quadro comparativo, no qual há as variantes lexicais, as informações dadas no *ALiB*, no *DEH* e no *DEA*, respectivamente, bem como o resultado do confronto entre os dados. Tal quadro baseia-se no modelo utilizado em trabalho análogo a este (SILVA, 2016), no qual se analisam também regionalismos. Para compreensão da leitura do quadro, deve-se considerar que: na primeira coluna, apresentam-se as variantes registradas no *ALiB*; na segunda coluna, estão os dados encontrados no *ALiB* sobre a localização geográfica; na terceira coluna, tem-se os dados do *DEH* – quando a variante não é dicionarizada, indica-se *Variante não registrada*; quando a variante é registrada, porém, não há indicação de localização geográfica ou acepção que remeta à brincadeira infantil, indica-se *Não há*. Na quarta coluna, encontram-se os dados concernentes ao *DEA*. E por fim, na quinta coluna, apresentam-se os resultados do confronto entre as informações do *ALiB* e dos dicionários, classificando como convergente ou divergente. Ressalta-se também que, nos verbetes em que se encontrou mais de uma acepção e/ou rubrica, foram consideradas apenas as marcações geográficas da acepção que se refere à brincadeira infantil ou, no caso do *DEH*, os que têm rubrica de *ludologia*.

Quadro 1: Variantes de *cambalhota*

Regionalismos	Dados do <i>ALiB</i>	Marcação no <i>DEH</i>	Marcação no <i>DEA</i>	Confronto entre os materiais
Cambalhota	Todas as capitais do Brasil	Não há	Não há	-
Bunda-canastra	Nordeste, exceto em São Luís, Aracaju e Salvador	<i>Variante não registrada</i>	<i>Variante não registrada</i>	-
Carambela	Norte (Macapá e Belém); Nordeste (São Luís e Teresina)	<i>Variante não registrada</i>	<i>Variante não registrada</i>	-

Cabriola	Nordeste (Salvador)	Não há	Não há	-
Cambona	Nordeste (Maceió)	Não há	Não há	-
Cambota	Todas as capitais do Centro-Oeste; no Sul (Curitiba e Porto Alegre); Sudeste (São Paulo); Nordeste (Fortaleza).	Brasil	Brasileirismo	Divergente
Cangapé	Norte (Rio Branco); Nordeste (Fortaleza).	1. Brasil Maranhão/ Alagoas	Maranhão a Alagoas	Divergente
Carambola	Todas as capitais do Norte; Nordeste (Teresina)	Não há	Não há	-
Maria-escambona	Nordeste (Aracaju)	<i>Variante não registrada</i>	<i>Variante não registrada</i>	-
Mortal	Norte (Boa Vista); Nordeste (São Luís); Sudeste (Belo Horizonte)	Não há	Não há	-
Piruetta	Norte (Macapá); Nordeste (São Luís); Sul (Curitiba); Centro-Oeste (Campo Grande)	Não há	Não há	-
Aú	Nordeste (Salvador)	Brasil	Brasileirismo	Divergente

Fonte: elaboração dos autores com base no DEH, no DEA e no ALiB

Observa-se, a partir do quadro, que o ALiB apresenta 12 variantes lexicais para *cambalhota* (incluindo este). A variante *cambalhota* é a que mais ocorre entre todas. Ela aparece em todas as capitais do Brasil, com maior expressividade em Vitória, Rio de Janeiro e Florianópolis, onde corresponde com 100% das ocorrências. Entre as capitais do Nordeste, as que mais registram uso dessa variante é Fortaleza e Salvador. Ainda que os dicionários *Houaiss* e *Aurélio* registrem essa variante, não há menção à sua localização geográfica. Caso houvesse, o ideal seria que fosse registrado como *brasileirismo*, uma vez que trata-se de uma variante que ocorre em todo o país.

A variante *bunda-canastra*, segundo o ALiB, ocorre apenas no Nordeste, com exceção das capitais São Luís, Aracaju e Salvador. Trata-se, pois, de um regionalismo específico das capitais Maceió, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Teresina e Natal. Quanto à marcação nos dicionários, observa-se que nenhum deles registra tal variante. O mesmo ocorre com a variante *carambela*, que também não está registrada nos dicionários. Esta ocorre em duas capitais do Norte (Macapá e Belém) e em duas do Nordeste (São Luís e Teresina).

A variante *cabriola* é uma das menos recorrentes: tem registro apenas na capital Salvador, no Nordeste. Mesmo com baixa recorrência, essa variante está registrada nos dois dicionários, no entanto, não possui indicação de localização geográfica. O mesmo acontece com a variante *cambona*, a qual ocorre em apenas uma capital do Nordeste (Maceió). No DEH, há quatro entradas diferentes para *cambona* (homônimos), mas nenhuma delas se refere a uma brincadeira infantil, como também não há nenhuma indicação de localização geográfica. No DEA, há três entradas para *cambona* e a primeira delas se refere à brincadeira infantil. No entanto, não há marcação geográfica. No caso dessas duas variantes – *cabriola* e *cambona* –, em que não há marcação geográfica,

seria possível classificá-los, a partir do que os dados do *ALiB* indicam, como regionalismos de Salvador e de Maceió, respectivamente.

Quanto à variante *cambota*, observa-se, como mostra o quadro, que ela ocorre em todas as capitais da região Centro-Oeste, em Curitiba e Porto Alegre, no Sul; em São Paulo, no Sudeste; e em Fortaleza, no Nordeste. Sendo assim, essa variante ocorre em apenas quatro regiões do Brasil. O *DEH* classifica tal variante como *brasileirismo*, utilizando a rubrica Brasil, assim como o *DEA*, que utiliza a rubrica *brasileirismo*. No *DEH*, há duas entradas para *cambota*, a segunda é a que se refere à brincadeira infantil, e classifica-a como ‘uso informal’. Já no *DEA*, há três verbetes para *cambota*. O segundo verboete é o que se refere à brincadeira e é indicado com a rubrica Fam. (familiar). Analisando, pois, as indicações geográficas dos três materiais – *ALiB*, *DEH* e *DEA* –, é possível afirmar que eles são divergentes, uma vez que o *ALiB* mostra que a variante é utilizada em apenas quatro regiões. Além disso, os dois dicionários apresentam rubricas diferentes para o mesmo verboete (o *DEH* utiliza ‘uso informal’ e o *DEA* utiliza ‘Fam.’).

No caso da variante *cangapé*, nota-se, segundo o *ALiB*, que ela é pouco recorrente, pois há registros apenas em uma capital do Norte (Rio Branco) e em uma do Nordeste (Fortaleza). O *DEH* traz duas acepções para o verboete *cangapé*. As duas têm a ver com uma brincadeira, mas, na acepção 1, refere-se a um “pontapé na panturrilha para fazer o adversário cair durante a luta”, e, na acepção 2, refere-se a um “pontapé aplicado dentro da água, em uma espécie de jogo de capoeira”. Para a primeira acepção, indica-se a localização ‘Brasil’ e, para a segunda, ‘Maranhão e Alagoas’. O *DEA* também apresenta duas acepções, referente à brincadeira infantil, sendo a primeira marcada como *brasileirismo* e a segunda como variante ocorrente do Maranhão a Alagoas. Percebe-se, comparando os dois dicionários, que as informações que eles trazem são diferentes, pois o *DEH* apresenta como sendo ocorrente no Maranhão e em Alagoas, já o *DEA* parece abranger outras localidades, pois apresenta do Maranhão a Alagoas. Os dois dicionários também divergem do *ALiB*.

A variante *carambola* está presente em todas as capitais do Norte e em apenas uma capital do Nordeste – Teresina. O *DEH* não dá indicação de localização geográfica. No *DEA* a variante é registrada, mas não há acepção que se refira à brincadeira infantil, quanto menos localização geográfica. A variante *maria-escambona* ocorre somente no Nordeste, na capital Aracaju, e não está registrada em nenhum dos dicionários analisados.

Quanto à variante *mortal*, nota-se que ela ocorre em três regiões do Brasil: Norte (Boa Vista), Nordeste (São Luís) e Sudeste (Belo Horizonte). Nos dicionários *DEH* e *DEA*, há registro da variante, mas não há acepção que remeta à brincadeira infantil. A variante *pirueta* também ocorre em várias regiões: no Norte (Macapá), no Nordeste (São Luís), no Sul (Curitiba) e no Centro-Oeste (Campo Grande). No entanto, não há marcação de localização geográfica nos dois dicionários.

A última variante é *aú*. Segundo o *ALiB*, essa variante ocorre apenas na capital Salvador, na região Nordeste. Trata-se, pois, de um regionalismo específico de Salvador, uma vez que não ocorre em outras capitais. No entanto, os dois dicionários analisados registram essa variante com a rubrica de *brasileirismo*, estando, pois, divergente dos dados dialetológicos.

Observa-se, com essa análise, que das doze variantes, três não estão dicionarizadas nos dois dos maiores dicionários de língua portuguesa. Além disso, seis das nove variantes registradas não têm qualquer marcação de localização geográfica. Outras nem mesmo possuem acepções referentes à brincadeira infantil. Das três variantes que possuem localização geográfica nos dois dicionários, apenas uma contém informações convergentes aos dados do *ALiB*. Isso mostra a necessidade de atualização desses materiais, tanto no registro de variantes, quanto na inserção de acepção que remeta ao campo semântico *Jogos e diversões infantis* e de marcação de localização geográfica.

A seguir, apresenta-se o segundo quadro que contém as variantes de *bolinha de gude* (incluindo esta), como também os dados dos três materiais em análise. As mesmas informações dadas sobre o Quadro 1 serve para este:

Quadro 2: Variantes de *bolinha de gude*

Regionalismos	Dados do ALiB	Marcação no DEH	Marcação no DEA	Confronto entre os materiais
Bola de gude	Norte (Manaus); Nordeste (todas as capitais); Sudeste (Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo); Sul (todas as capitais); Centro-Oeste (todas as capitais)	Brasil	Brasileirismo	Convergente
Bolinha de gude	Norte (Manaus); Nordeste (São Luís, Teresina, Recife e Maceió); Sudeste (todas as capitais); Sul (Florianópolis e Porto Alegre); Centro-Oeste (Goiânia e Campo Grande)	Brasil	<i>Variante não registrada</i>	Convergente (para o DEH)
Bila	Nordeste (Fortaleza e João Pessoa)	<i>Variante não registrada</i>	Ceará	Divergente
Peteca	Norte (todas as capitais e 100% em todas elas, exceto em Manaus); Nordeste (São Luís e Teresina)	Pará	Pará	Divergente
Biloca	Nordeste (Natal); Centro-Oeste (Goiânia)	Goiás	Goiás	Divergente
Bola de fona	Nordeste (João Pessoa)	Não há	Brasileirismo	Divergente
Bolinha de vidro	Nordeste (Natal); Sudeste (Vitória, Belo Horizonte e São Paulo); Sul (Florianópolis); Centro-Oeste (Goiânia)	<i>Variante não registrada</i>	Brasileirismo	Divergente (para o DEA)
Cabeçulinha	Nordeste (Fortaleza)	<i>Variante não registrada</i>	Brasileirismo	Divergente (para o DEA)
Marraio	Nordeste (Aracaju)	Não há	Brasileirismo	Divergência (para o DEA)
Ximbra	Nordeste (Maceió)	Alagoas	Alagoas	Convergente

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do ALiB, do DEH e do DEA

A partir dos dados acima, observa-se que há dez variantes para *bolinha de gude*. A primeira delas é *bola de gude*, a qual, segundo o *ALiB*, é a mais recorrente e aparece em todas as regiões do Brasil, na maioria das capitais. No *DEH*, a variante ‘bola de gude’ não aparece como cabeça de verbete. Ela é encontrada dentro do verbete *bola*, entre as locuções formadas por esta palavra, e é registrada com a marca de Brasil. No *DEA*, não há uma entrada para *bola de gude*. No entanto, encontra-se essa variante na acepção 2 do verbete *bolinha*: “jogo com bola de gude”, onde há rubrica de brasileirismo. Nos verbetes *bola* e *gude*, não há indicação para a variante em questão, mas *gude* é definido como “bolinhas de vidro, etc., usadas nesse jogo”. Comparando as informações dos três materiais, observa-se convergência entre eles, pois a variante em questão ocorre em todo o território brasileiro, como aponta o *ALiB*, o *DEH* e o *DEA*.

Quanto à variante *bolinha de gude*, o *ALiB* informa que tal variante ocorre também em todas as regiões do Brasil, em algumas capitais. Sendo assim, é uma variante que tem expressividade em todo o território brasileiro. Em consonância com essas informações, o *DEH* classifica a variante como sendo um brasileirismo. Importante ressaltar que, neste dicionário, não há entrada para a variante “bolinha de gude”, mas sim para “bolinha”. Na acepção 5 do verbete *bolinha*, há uma remissão para *bolinha de gude* e também a indicação de regionalismo Brasil. No *DEA*, não há entrada para *bolinha de gude*, mas sim “bolinha”. No entanto, não há uma acepção que apresente a forma *bolinha de gude*, logo essa variante não está registrada no dicionário.

A variante *bila* ocorre apenas no Nordeste, segundo o *ALiB*, mais especificamente nas capitais Fortaleza e João Pessoa. Nesse caso, tem-se mais um regionalismo que pode ser considerado exclusivo de duas capitais do Nordeste. O *DEH* não registra tal variante, mas o *DEA* a registra, indicando que se trata de um regionalismo do Ceará. Como se vê, o *DEA* aproxima-se dos dados dialetológicos, no entanto, precisa incluir também o estado da Paraíba (ou mesmo a capital João Pessoa), com base nos dados do *ALiB*.

A variante *peteca* ocorre em todas as capitais do Norte, com ocorrência de 100% em quase todas elas, com exceção de Manaus. Ocorre também em São Luís e em Teresina, no Nordeste. Essa variante não aparece nas outras regiões e predomina na região Norte. Segundo as informações do *DEH* e do *DEA*, a variante *peteca* ocorre apenas no Pará. No entanto, como se percebe pelos dados do *ALiB*, o uso de tal variante é recorrente em outros estados. Dessa forma, os dados dos três materiais são divergentes e os dicionários precisam atualizar a informação geográfica, incluindo as outras capitais do Norte, bem como as do Nordeste – São Luís e Teresina.

Outra divergência de informações ocorre com a variante *biloca*. Segundo os dados do *ALiB*, seu uso é recorrente em apenas duas capitais: Natal, no Nordeste, e Goiânia, no Centro-Oeste. Os dicionários *DEH* e *DEA* trazem a mesma localização geográfica para a variante – Goiás. As informações dos dicionários parecem se aproximar dos dados dialetológicos, embora seja necessário acrescentar ainda a capital Natal, que também registra usos da variante *biloca*. Por isso, é possível observar a divergência existente entre as informações dos três materiais.

Quanto à variante *bola de fona*, o *ALiB* registra uso apenas na capital João Pessoa, no Nordeste. Nesse caso, tem-se, pois, um regionalismo específico de João Pessoa, pois só ocorre nessa capital. O *DEH* não contém a palavra-entrada *bola de fona*, mas sim *fona*. Há três entradas para essa variante. É a primeira entrada que tem sentido próximo ao de *bolinha de gude*. No entanto, não há indicação de localização geográfica. No *DEA* também não há a palavra-entrada *bola de fona*, e sim *fona*. Há quatro entradas para essa variante, sendo que a quarta refere-se a uma brincadeira, na qual há a marcação de brasileirismo. Nota-se que essa informação diverge dos dados dialetológicos, uma vez que a variante *bola de fona* ocorre, segundo o *ALiB*, apenas em uma capital do Nordeste, portanto o ideal seria que o dicionário a registrasse como regionalismo da capital João Pessoa e não de uso geral.

A variante *bolinha de vidro* ocorre em quatro regiões, a saber: Nordeste (Natal); Sudeste (Vitória, Belo Horizonte e São Paulo); Sul (Florianópolis); Centro-Oeste (Goiânia). Há, pois, pouca representatividade entre as capitais, no entanto, está presente em quase todas as regiões. O *DEA* a registra como brasileirismo, no entanto, devido à ausência dessa variante na região Norte, é comprometedor classificá-la como brasileirismo, uma vez que, como os dados apontam, seu uso está ainda restrito a determinadas capitais. Ainda no *DEA*, a variante *bolinha de vidro* não aparece como cabeça do verbete, mas como uma das acepções da definição de *gude*: “bolinhas de vidro, etc., usadas nesse jogo”. Já no *DEH* não há registro dessa variante de nenhuma forma.

Outro regionalismo analisado foi *cabeçulinha*, o qual é utilizado, segundo o *ALiB*, apenas em Fortaleza, no Nordeste. Tem-se, pois, outro caso de regionalismo que pode ser considerado específico de Fortaleza. O *DEH* não registra essa variante. O *DEA*, por seu turno, inclui a variante *cabeçulinha* como palavra-entrada, no entanto com uma grafia diferenciada: *cabiçulinha*. Observa-se, então, a existência de variantes ortográficas, mas que não são indicadas nem no *ALiB* nem no *DEA*. Apesar de registrar a variante, o *DEA* diverge dos dados dialetológicos, pois classifica *cabiçulinha* como um brasileirismo, sendo que, segundo o *ALiB*, trata-se de um regionalismo presente em uma capital do Nordeste: Fortaleza.

Outras duas variantes que também podem ser consideradas específicas de capitais do Nordeste, segundo o *ALiB*, é *marraio* e *ximbra*. A primeira ocorre apenas em Aracaju e não está registrada no *DEH*. O *DEA* registra esse regionalismo, mas o classifica como brasileirismo, divergindo, pois, dos dados dialetológicos. A segunda, que é utilizada apenas em Maceió, segundo o *ALiB*, está registrada nos dois dicionários e ambos informam que tal variante ocorre em Alagoas, estando pois convergentes com os dados dialetológicos.

Com a análise das variantes de *bolinha de gude*, nota-se, mais uma vez, o distanciamento entre os dados do *ALiB* e as informações nas obras lexicográficas. Das dez variantes analisadas, três não são registradas no *DEH* e uma não aparece *DEA*. Todas as variantes de *bolinha de gude*, registradas nos dicionários e listadas no Quadro 2, têm acepção referente à brincadeira infantil, diferentemente das variantes de *cambalhota* listadas no Quadro 1, entre as quais houve casos de falta dessa acepção. Na comparação entre os três materiais, apenas quatro variantes apresentam dados convergentes. Isso evidencia, mais uma vez, a necessidade de atualização dos dicionários no registro das variantes que não aparecem nas obras e na atualização dos dados geográficos.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho discutiu o tratamento dado às variantes de *cambalhota* e de *bolinha de gude* nos dicionários eletrônicos Aurélio e Houaiss. Para embasar a análise, discutiu-se a respeito da variação linguística do português, a constituição histórica da língua portuguesa no Brasil, como também o conceito de regionalismo e brasileirismo.

A análise dos dados demonstrou que os dicionários *DEH* e *DEA* apresentam problemas na classificação de regionalismos. Em alguns deles, a indicação da localização geográfica está em desacordo com o que mostram os dados do *ALiB*. Além disso, algumas variantes também não se encontram registradas, as quais, muitas vezes, como mostra o *ALiB*, são bastante difundidas no país. Outro problema encontrado foi a falta de indicação geográfica em alguns verbetes, como também a falta de uma acepção que remeta à brincadeira infantil. Esses casos apontam para a necessidade de um tratamento mais adequado para os regionalismos, como discutido anteriormente, acrescentando, se possível, as informações trazidas pelo *ALiB*.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. do S. S. de. O Atlas Linguístico do Brasil no quadro da geolinguística brasileira. In: CARDOSO, S. A. M. da S. et al. *Atlas linguístico do Brasil: introdução*. v. 1. Londrina: EDUEL, 2014. p. 31-36.

BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa*, São Paulo, p. 1-26, 1984.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. et al. *Atlas linguístico do Brasil: cartas linguísticas*. v. 2. Londrina: Eduel, 2014.

_____; CASTRO, Y. P. de; ISQUERDO, A. N. Quais os critérios que deveriam orientar os lexicógrafos na inserção de lusitanismos, africanismos e regionalismos em dicionários gerais? In: XATARA, C. et al.(Org.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para que são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 57-62.

FAJARDO, A. Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica em la lexicografía española. *Revista de Lexicografía*. v.3, p. 31-57, 1996-1997.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Editora Positivo, 2010.

HAENSCH, G. Tipologia de las obras lexicográficas. In: _____.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madri: Editorial Gredos, 1982. p. 95-187.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

ISQUERDO, A. N. A propósito de dicionários de regionalismos do português do Brasil. In: _____.; ALVES, I. M. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. 3. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 193-208.

_____. Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. *Alfa*, Araraquara, v.50, n.2, p. 9-24, 2006.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: _____.(Org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-43.

MOTA, J. A. Percursos metodológicos: questionários e informantes. In: CARDOSO, S. A. et al. *Atlas linguístico do Brasil: introdução*. v. 1. Londrina: EDUEL, 2014. p. 79-93.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

RIBEIRO, S. S. C. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 2012. 752f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, R. A. Marcas diatópicas das variantes de cabra-cega e amarelinha: o que dizem os dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio e o ALiB?. *PERcursos Linguísticos*, v. 6, n. 13, 2016, p. 90-105. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14106/10275>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

WELKER, H. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

Recebido em 29/12/2016. Aceito em 24/08/2017.